

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/380850480>

TRABALHADORES URBANOS NO NORDESTE Trajetórias profissionais, mobilidade espacial e organização operária (*)

Article in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* · May 2024

CITATIONS

0

READS

4

2 authors, including:



Jacob Carlos Lima

Universidade Federal de São Carlos

81 PUBLICATIONS 777 CITATIONS

SEE PROFILE

TRABALHADORES URBANOS NO NORDESTE

Trajetórias profissionais, mobilidade espacial e organização operária (*)

**Jacob Carlos Lima e Brasília Carlos
Ferreira**

A estrutura e o perfil do operariado fabril vêm passando por profundas transformações nestas últimas décadas, como resultado das inovações tecnológicas e organizacionais e da reestruturação produtiva em curso nos países de capitalismo avançado. O chamado modelo fordista de produção em massa vem sendo substituído pela flexibilização da produção, como consequência da retração dos mercados mundiais, trazendo alterações nas relações de trabalho e colocando em xeque o modelo sindical historicamente dominante.

Para o bem ou para o mal, o capitalismo e a classe operária já não são mais os mesmos. As mudanças têm provocado não apenas a redução numérica do operariado fabril mas também, especialmente, sua progressiva perda de importância econômica e política no cenário social. A falência dos regimes ditos socialistas, com ênfase retórica no poder dos trabalhadores, e o questionamento do papel transformador da classe operária, ou da determinação histórica de seu devir, têm exigido o retorno ao tema, agora de forma menos ideologizada, tentando apreender a rapidez das transformações e repensar os papéis, a atuação e a intervenção das diversas classes e categorias na dinâmica social.

Como esse processo é multifacetado, com ritmos variados, decorrentes de situações históricas, políticas, econômicas e culturais próprias aos diversos países e regiões, sua compreensão exige o conhecimento do específico, do particular, e sua vinculação com as tendências homogeneizadoras da sociedade.

Nosso objetivo neste trabalho é estudar os operários fabris no Nordeste, a partir da industrialização incentivada pelo Estado, nos anos 60 e 70. A industrialização teve caráter parcial, sendo acompanhada pela integração definitiva da região ao processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, no qual os limites geográficos perderam sentido. A indústria instalada segue os ditames impostos pela competitividade e pela produtividade em termos tecnológicos. O mesmo acontece com o recrutamento da força de trabalho, variando contudo em grau, de acordo com o tipo de produção e de processos e o nível de modernização tecnológica.

Partimos do pressuposto que, em uma região marcada pelo desemprego e subemprego estruturais, o trabalho na fábrica assume dupla função: promover a inserção no setor formal e o acesso aos direitos sociais decorrentes e, portanto, à cidadania; e, além disso, possibilitar uma rápida profissionalização em setores nos quais a experiência é requerida. Essa profissionalização, por sua vez, significa a possibilidade de uma mobilidade social ascendente no conjunto dos trabalhadores, diferenciando-se da massa desqualificada.

A diferenciação aparece, de um lado, pela maior permanência (ou tentativa de) no mercado de trabalho setorial, situação que, em grande medida, exige mobilidade espacial. Por outro lado, a permanência leva a uma auto-identificação maior enquanto categoria profissional.

Nosso recorte privilegiou o setor têxtil, dada sua condição de setor tradicional na região, que, além de ter iniciado, sofreu um processo de modernização intenso e se caracteriza por um processo de trabalho descontínuo, que pressupõe ainda a utilização de grandes contingentes de força de trabalho semi-especializada.

Analisamos grupos de trabalhadores em três estados da região: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, com distintos processos de industrialização e de história social. A diferença marcante entre Pernambuco e os demais estados permite a recuperação do processo de modernização recente, situando as mudanças e permanências de forma mais precisa.

A situação pernambucana é prototípica desse processo, bem como funcional para o entendimento das mudanças ocorridas no operariado fabril. O contingente operário têxtil em Pernambuco, cujo processo de formação data do século passado, foi um dos maiores do país, permanecendo ainda hoje como um dos mais expressivos da região. Com uma história social distinta, Pernambuco – e, mais concretamente, a cidade do Recife e seus arredores – foi marcado por lutas sociais significativas, que extrapolaram o mundo do trabalho (Ferreira, 1992).

O operariado paraibano e o norte-riograndense surgem praticamente com a industrialização incentivada. Sem tradição de lutas nem cultura operária consolidada, aos poucos se integram ao mercado regional homogeneizado pelos ritos do capital, no qual histórias diversas se cruzam e as especificidades ora se diluem, ora se reforçam.

Atualmente se percebe a dissolução das fronteiras do mercado de trabalho e o setor têxtil assume um perfil no espaço de trabalho regional, e mesmo no mercado nacional. Assim, encontramos hoje o operário pernambucano trabalhando em Natal e

João Pessoa, o paraibano em Recife, o potiguar em João Pessoa e Fortaleza, afora as freqüentes migrações de “longo curso” para São Paulo e Rio de Janeiro.

A fábrica sozinha é insuficiente para explicar a formação de identidades de classe, mas constitui um fator preponderante na formação de uma identidade profissional que, somada às características contextuais do mercado de trabalho, delimita uma “situação” de classe (Weber, 1974; Bourdieu, 1987).

Optamos por reconstruir esse processo através das falas dos trabalhadores, de suas trajetórias, experiências e representações do mundo do trabalho. Para tanto, realizamos trinta entrevistas entre 1990 e 93, envolvendo homens e mulheres, jovens e idosos, aposentados e ativos, militantes e não-sindicalizados, dirigentes e bases, nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Desse modo, pensamos garantir a pluralidade de falas capazes de dar conta das múltiplas dimensões presentes nas trajetórias individuais do grupo entrevistado e fornecer os elementos necessários à construção de um quadro mais amplo, no qual a diversidade dos discursos individuais reencontre significado em termos coletivos.

Em ambos os casos, foram priorizados operários e operárias com certa permanência no mercado de trabalho setorial (mais de cinco anos), com probabilidade maior de terem defrontado com modificações nos processos de produção e de gestão do trabalho. Esse recorte, por sua vez, não permite uma generalização das afirmações aqui contidas, já que esses operários se mantiveram efetivamente no mercado de trabalho fabril. Entretanto, suas falas apontam a instabilidade e as contradições que permeiam a condição operária e seus impasses, marcados por condicionantes históricos, culturais, espaciais e temporais.

Neste texto nos limitaremos a discutir, basicamente, dois aspectos da caracterização desses trabalhadores: suas trajetórias profissionais e suas experiências associativas.

A indústria têxtil e a formação do operariado

Poderíamos caracterizar a industrialização no Nordeste em três períodos distintos. O primeiro, do final do século passado aos anos 20, com a instalação de fábricas de tecidos nos diversos estados da região, principalmente na Bahia e em Pernambuco, acompanhando o auge da produção algodoeira. De modo genérico, se pode afirmar que, enquanto os estados de Alagoas, Ceará e, principalmente, Pernambuco desenvolveram uma indústria têxtil relativamente significativa, a Paraíba e o Rio Grande do Norte se limitaram ao beneficiamento do algodão (Clementino, 1986).

A vocação têxtil regional resultou historicamente da oferta de matéria-prima de boa qualidade, fruto da cultura do algodão. A cultura algodoeira se estendia em proporções variáveis por todo o Nordeste, ocupando, a partir das especificidades locais, lugar importante na composição final da atividade econômica dos diversos estados. Assim é que, ao final do século XIX, o algodão se consolidou como o principal produto agrícola do Rio Grande do Norte, que iria alimentar a nascente indústria têxtil nacional (Lasvlo, 1986).

A produção algodoeira do Nordeste vai responder à demanda crescente das tecelagens do Sul e Sudeste, dominando até 1930 o mercado nacional. Esse quadro vai sofrer alteração significativa com a crise do café e o incremento da cultura algodoeira em São Paulo, cuja produção sofreu saltos formidáveis. No decorrer de uma década, a produção paulista de algodão pulou de modestas 8.350 toneladas, em 1931, para 307.337 toneladas, em 1940, o que significou quase triplicar o volume de toda a produção nacional do final da década anterior (Singer, 1977, p. 327).

No início dos anos 30 se inaugura uma época extremamente favorável à indústria têxtil nacional, impulsionada pelo crescimento do mercado interno e pela intervenção do Estado, que assegura, entre outras coisas, proteção tarifária e restrição às importações de máquinas até pelo menos 1937, situação que se mantém com a eclosão do conflito mundial. Tais modificações vão caracterizar a emergência do segundo período da industrialização regional, que se situa no tempo entre as décadas de 30 e 60. Durante esse intervalo, o processo de formação do mercado nacional sofre grande impulso “(...) certos fatores condicionantes da localização industrial (...) proximidade do mercado e presença de economias externas (...) contribuíram para a progressiva concentração do parque industrial no Centro-Sul do país, particularmente, em São Paulo” (Singer, 1977, p. 338). Foi um período marcado por transformações definitivas nas relações entre o Nordeste e o centro dinâmico da economia do país, compreendendo tanto a migração dos lucros advindos das atividades econômicas quanto a migração de mão-de-obra em busca de melhor remuneração da força de trabalho.

Esse período não representou uma expansão do parque têxtil no Nordeste. Ao contrário, a proibição de importação de máquinas afetou as indústrias locais, que não se modernizaram. Mesmo assim, as fábricas existentes foram beneficiárias da situação de crise mundial do período da Segunda Guerra, aumentando e exportando sua produção (Leite Lopes, 1988). Com o fim do conflito, começou a crise do setor na região. A situação de obsolescência tecnológica, a utilização de trabalho intensivo e a baixa qualidade dos produtos fizeram com que as fábricas perdessem competitividade. A contínua integração física do país, com a abertura e posterior asfaltamento da estrada Rio – Bahia, provocou a perda dos mercados locais – antes protegidos por um certo isolamento geográfico - para indústrias situadas no eixo Sul-Sudeste.

No final dos anos 50, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), instituído pelo governo federal com o objetivo de propor um plano de ação para a região, dá origem à Sudene, com a finalidade de promover o desenvolvimento do Nordeste. Nesse período toma corpo o discurso industrializante, visto como a solução para os problemas da região. Em decorrência, surge o projeto de modernização do parque têxtil regional, justificado a partir da abundância de fatores como matéria-prima e mão-de-obra.

O terceiro período se inicia a partir dos anos 60, com a implantação do programa estatal de desenvolvimento industrial comandado pela Sudene, com resultados diferenciados nos diversos estados. Esse terceiro momento implicou pesados investimentos infra-estruturais, com a criação de distritos industriais nas capitais da região e do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. Os investimentos foram acompanhados de incentivos fiscais para a instalação de indústrias, a custo praticamente zero; e, embora não houvesse garantia de mercados consumidores, havia a garantia de um mercado de mão-de-obra abundante e barata.

O novo surto industrializante se deu em um momento de profundas transformações tecnológicas e organizacionais nos processos produtivos, com conseqüências diretas na quantidade e qualidade da mão-de-obra utilizada e na estrutura do operariado em formação. Nesse sentido, o baixo preço da força de trabalho nordestina como fator de atração para novas indústrias não surtiu o efeito desejado. Além disso, a falta de trabalhadores qualificados constituiu um desafio a ser enfrentado.

Dessa forma, a nova industrialização regional se mostrou um paliativo ao desemprego e subemprego dominantes, dado seu caráter parcial e complementar à do Sudeste do país. Soma-se a isso a ausência de constituição de mercados locais dinâmicos que propiciassem a multiplicação de unidades fabris. As indústrias importavam matérias-primas, máquinas e mão-de-obra qualificada e enviavam a maior parte da produção de volta para o Sudeste.

Com a Sudene (1) veio o programa de modernização da indústria têxtil e os incentivos à implantação de novas fábricas. As fábricas locais se modernizaram de forma diferenciada; algumas permanecendo ao largo desse processo. Todavia, a maioria não sobreviveu ao que podemos chamar de industrialização incentivada. A modernização deu maior fôlego às fábricas, que foram enxugando gastos, se desfazendo das vilas operárias e demitindo operários estáveis.(2) Assim aconteceu em Pernambuco, onde as fábricas fechadas superaram as novas ali instaladas. Na Paraíba e no Rio Grande do Norte, sobreviveram poucas unidades, mantendo restrito o mercado de trabalho.

Recife, a maior cidade regional até a década de 60, concentrou historicamente o maior parque industrial do Nordeste e, conseqüentemente, o maior contingente operário. Com suas fábricas e vilas operárias, foi considerada durante certo tempo como uma cidade operária por excelência, marcada pelas lutas dos trabalhadores e por sua combatividade política. Entre 1960 e 1990, Recife assistiu ao fechamento da maioria de suas indústrias tradicionais: algumas na década de 60 e outras, cuja modernização permitiu uma sobrevida, funcionaram até o início dos anos 80. Nesse período, muitas sofreram alterações no controle acionário, transferido do empresariado local para grupos nacionais. E novas fábricas foram implantadas, geralmente filiais de grupos sulistas ou de multinacionais.

O contingente operário foi reduzido pela metade. Foram importados trabalhadores qualificados e implementados projetos de qualificação operária. Por outro lado, houve categorias de trabalhadores fabris vinculados aos chamados setores dinâmicos, como o de químicos e o de metalúrgicos, que cresceram numericamente e em importância econômica, sobrepujando o operariado têxtil.

Na Paraíba, até a década de 70, quando da criação dos Distritos Industriais em João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande, o número de fábricas era restrito; na maioria dos casos, se tratava de pequenas unidades industriais. A partir dos anos 70, mais de 150 projetos industriais foram implementados, sendo que, destes, 107 empregavam mais de cinquenta operários por unidade. Os ramos industriais predominantes, pela ordem, são: minerais não-metálicos, produtos alimentícios, têxteis e metalúrgicos; de capital local, nacional e multinacional. Nas fábricas têxteis, maiores incorporadoras de mão-de-obra, a ocupação varia de trezentos a mil operários.

Duas décadas de implantação do Distrito resultaram na formação de um mercado de trabalho diferenciado na cidade. As novas fábricas pagam melhores salários (entenda-se, pouco mais de 1 salário mínimo), seguem a legislação e fornecem serviços de assistência social – aspecto de inegável força aglutinadora, em um estado no qual 80 por cento da população economicamente ativa ganha até 1 salário mínimo (Lima, 1994).

Com uma atividade secundária apoiada na transformação primária do algodão e na indústria de alimentação, especialmente a produção do sal marinho, o Rio Grande do Norte se caracterizou, historicamente, pela baixa concentração operária. Em Natal, sede administrativa do estado, as categorias mais expressivas estavam ligadas ao porto e à estrada de ferro, e a elas se somavam as diversas categorias de funcionários públicos. Em Mossoró, cidade do Rio Grande do Norte com características de pólo regional, a produção de sal chegava a concentrar grandes contingentes operários durante o período da colheita. (3)

Em 1970, teve início a implantação do Parque Têxtil Integrado, com a instalação de modernas unidades fabris e o objetivo de integrar a produção algodoeira, a fiação e tecelagem e a indústria de confecções. Segundo dados do Rais referentes ao ano de 86, de um total de 36.261 trabalhadores empregados na “indústria de transformação”, quase a metade estava concentrada nas indústrias têxteis e de confecções, no Rio Grande do Norte. A indústria de confecções empregava 9.076 e a têxtil 7.299, perfazendo o número de 16.375 trabalhadores empregados. Nessas indústrias estavam concentrados 45,12 por cento dos operários do chamado “setor formal” da economia, constituindo os mais expressivos segmentos do proletariado industrial norte-rio-grandense.

As medidas em prol da industrialização se materializaram na construção e instalação de novas unidades fabris, gerando uma perspectiva otimista em relação à sedimentação de um pólo têxtil de envergadura no estado. No entanto, esse quadro de ascensão não demoraria a frustrar as esperanças de dinamização da economia local. Muito cedo se fez notar o desvio dos financiamentos obtidos para outras atividades e sua drenagem para investimentos em outras regiões do país, protagonizada por grupos externos ao estado, que haviam sido atraídos pelas facilidades de acesso aos recursos. Tal como em Pernambuco e na Paraíba, prédios inconclusos ou abandonados, verdadeiros elefantes brancos, apontavam para problemas na concretização do projeto.

Trajetórias ocupacionais e mobilidade espacial

As trajetórias profissionais estão vinculadas às possibilidades efetivas de mobilidade do trabalhador, no mercado ou nos mercados de trabalho para ficarmos apenas em um ramo industrial, podem assumir características diversas, em função das formas diferenciadas que a gestão da força de trabalho assume por empresa. Essa gestão pode ser denominada também cultura empresarial (Cabanês, 1986, p. 57). Dessa forma, empresas do mesmo ramo industrial e situadas em patamares tecnológicos similares podem utilizar força de trabalho mais jovem e sem experiência e grande rotatividade; privilegiar operários formados na própria fábrica ou em outras, com experiência e maior estabilidade; ter ou não políticas de mobilidade profissional interna, planos de carreira etc.

A tais questões de ordem organizacional se somam questões de natureza macro, como: oferta de força- de trabalho; crises econômicas; mudanças tecnológicas com redimensionamento da produção; reorganização de postos de trabalho; e políticas de emprego.

Outra dimensão desse problema vincula trajetórias profissionais e estratégias de sobrevivência do indivíduo ou grupo familiar ao contexto socioeconômico, implicando opções (relativizadas por esse contexto) referentes às possibilidades de emprego, permanências em determinados mercados, mudanças para outras atividades, migrações etc.

Enfim, podemos nos referir também a questões relativas ao prestígio de determinadas ocupações e aos esforços para consegui-las, em uma sociedade na qual as possibilidades de escolha são restritas.

Os operários entrevistados possuem experiências semelhantes em relação às mudanças tecnológicas: acompanharam processos de modernização, ou já se iniciaram em fábricas com certo patamar tecnológico. Os anos 70 representaram essa modernização na região. Poderíamos dizer o mesmo em relação às mudanças organizacionais, desde que consideremos sua diversidade e a permanência ou conjunção de formas variadas de gestão.

Essa heterogeneidade, estruturadora de vivências pessoais, ora marca as diferenças, ora marca as similitudes das trajetórias analisadas e as representações que fazem de seu trabalho e de suas opções profissionais. O trabalho na fábrica possui uma grande carga valorativa, positiva ou negativa, resultante dessas vivências.

A análise das trajetórias dos operários pernambucanos entrevistados, a maioria com mais de 50 anos, fornece informações acerca dos vários momentos da indústria e do trabalho fabril, no período pré-Sudene, na transição e na consolidação “modernizadora”.

Entre os antigos operários, se observa a entrada no mercado de trabalho entre os 12 e os 14 anos, com baixa escolarização e pouca mobilidade ocupacional. A maioria começou como operador de máquinas (inicialmente aprendiz) e assim permanece hoje, ou mesmo se aposentou na função. Dos que se aposentaram, alguns continuam trabalhando em fábricas, em prestação de serviços ou no sindicato.

O cinturão de fábricas têxteis em torno de Recife, em municípios como Escada, Moreno, Camaragibe e Paulista, fez com que esses operários se iniciassem nessas fábricas, seguindo posteriormente para a capital. Dessa forma, a ida para Recife representou, em parte dos casos, um segundo momento no processo de migração familiar. Filhos de trabalhadores rurais e de funcionários de usinas, ou mesmo da estrada de ferro, se fixaram inicialmente nessas pequenas cidades.

Para outros trabalhadores, que nasceram em Recife ou vivem lá desde criança, a fábrica representou um caminho naturalizado pelo meio em que viviam. Bairros operários, famílias operárias, a fábrica como destino desde a infância.

Alguns (poucos) ascenderam a cargos de chefia ou supervisão, começando de baixo. Mesmo em funções mais qualificadas, como mecânico ou torneiro, o aprendizado ocorreu na própria fábrica. É interessante destacar que algumas fábricas locais chegavam a construir seus próprios teares. (4) Observa-se entre esses operários ora a permanência no setor têxtil, ora uma migração (no pós-70) para outros setores, principalmente o metalúrgico, aproveitando a profissão obtida na indústria têxtil. Contudo, parte significativa permanece no setor fabril, setor que os profissionalizou. Vale destacar que, dado o baixo capital cultural desses trabalhadores, a fábrica funcionava (e funciona ainda) como formação rápida, atalho em um processo de escolarização anterior, prematuramente abortado pela necessidade.

Entre os trabalhadores mais novos entrevistados (faixa de 30 a 40 anos) a situação diferia em termos da escolaridade formal, que era maior, acompanhando, em certa medida, a elevação da escolaridade média entre os trabalhadores urbanos e as exigências do mercado de trabalho. Em geral, passaram por diversas fábricas, permanecendo em cada uma delas por grandes períodos de tempo. Como motivos de saída se encontram desde problemas com chefias, militância operária e sindical, até um fator comum a toda a região: o fechamento contínuo de unidades fabris.

A trajetória de um operário pernambucano é ilustrativa: começou a trabalhar aos 13 anos, nas fábricas do grupo Othon, em Recife, onde permaneceu durante 25 anos. Trabalhou primeiro na fábrica Amalita e, em seguida, na Macaxeira. Na Macaxeira, em 1965, foi colocado à disposição, no que ficou conhecido como “Museu da Macaxeira” (ver Leite Lopes, 1988; Lima, 1992), depósito onde eram deixados operários estáveis que se recusavam a fazer acordos com a fábrica. Depois de um ano, com a vitória dos operários na Justiça; retornou ao trabalho, sendo demitido após uma licença médica de sessenta dias. Entrou para a fábrica São José, sendo demitido por sua militância na Ação Católica; foi para a fábrica Iolanda, de onde saiu demitido por estar doente. Os intervalos de desemprego foram sempre de pouco tempo. Apesar da militância política, era considerado um operário habilidoso e isso, segundo seu depoimento, tornava mais fácil arranjar emprego. Depois de aposentado, continuou trabalhando em empresas do setor de serviços, mantendo, todavia, sua atividade política e sindical através da Ação Católica.

Na Paraíba, ainda não se pode falar de gerações operárias. Os trabalhadores que iniciaram o Distrito Industrial estão hoje perto da aposentadoria. O mercado de trabalho na capital permanece restrito, com 50 por cento dos trabalhadores fora do chamado setor formal, vivendo de expedientes, em uma situação de desemprego disfarçado. Nesse sentido, o emprego fabril pode ser considerado atraente pelo salário “garantido”, pela profissionalização e pelo acesso a direitos sociais e serviços assistenciais.

Historicamente, as maiores fábricas, com vilas operárias e concentração mais intensa de trabalhadores, se situavam fora da capital, João Pessoa, e mesmo do principal centro comercial do estado, Campina Grande. Localizavam-se em Santa Rita (próximo à capital) e Rio Tinto, cidade unifabril do grupo pernambucano Lundgren. As novas indústrias têxteis foram implantadas a partir dos anos 70, com a criação dos distritos industriais de João Pessoa e Santa Rita.

Os operários das novas fábricas instaladas eram originários da cidade de João Pessoa, sendo filhos de migrantes, de trabalhadores urbanos, de funcionários e de

trabalhadores em serviços. Os operários mais qualificados tinham origem na classe média baixa, em famílias de funcionários, militares e pequenos comerciantes. Aqui, chama a atenção a separação nítida entre os não-qualificados e os qualificados. Os primeiros, pela baixa escolaridade e pelo ingresso precoce no mercado de trabalho; os segundos, pela entrada no mercado geralmente após cursarem uma escola técnica, alguns com vestibular prestado no momento da implantação das fábricas e já em cargos de chefia e/ou supervisão. Estes mantêm um salário diferenciado no conjunto do operariado fabril, com nível de vida, aspirações e valores característicos do que chamamos de classe média, incluindo-se nesse perfil militantes e dirigentes sindicais dessa extração.

Para alguns, a porta de entrada ocupacional foi a fábrica Mandacaru de João Pessoa, a Tibiry em Santa Rita, ou a Fábrica Rio Tinto. Com a instalação do Distrito Industrial, o fechamento da Tibiry e da Rio Tinto, as crises constantes da Mandacaru (hoje uma cooperativa falida), passaram para as fábricas do Distrito, onde existem duas unidades fabris, além de uma em um bairro da cidade e indústrias de vestuário. As demais fábricas se situam em Santa Rita e em Bayeux, na Grande João Pessoa. As três grandes fábricas têxteis de João Pessoa concentram a maioria dos operários do estado. Em número, perdem apenas para os operários dos setores de vestuário, alimentos e construção civil. Em termos tecnológicos não existem grandes diferenças entre elas, embora se registre o contrário em termos organizacionais.

A mobilidade ocupacional é restrita. Normalmente, quando permanecem no setor têxtil, os operadores se aposentam nessa função, e o mesmo ocorre com mecânicos e encarregados. Os cargos mais elevados são ocupados em grande parte por funcionários da mesma origem do capital da empresa.

Tal como em Recife, a alternância de emprego entre fábricas se deve também ao fechamento de unidades, caracterizando a fragilidade de um programa de industrialização que se mantém graças a fortes incentivos fiscais. Difere, entretanto, a dimensão do parque industrial e, conseqüentemente, do mercado de trabalho.

A dificuldade de consolidação da indústria têxtil em Natal se evidencia também na análise da mobilidade espacial do operariado. Entre os entrevistados, merecem destaque os dados referentes à origem. Verificou-se que a maioria é composta de migrantes não apenas do interior do Rio Grande do Norte, mas também da Paraíba e de Pernambuco. Estes últimos já migraram como operários têxteis, atraídos pela instalação das novas indústrias.

Outro registro significativo é a migração desses operários para o Rio de Janeiro e São Paulo (o que ocorre também na Paraíba e em Pernambuco), onde adquirem experiência vista de forma positiva, por se tratar de empresas do “Sul”. Por ocasião do retorno para o Nordeste, essa experiência lhes confere uma situação mais favorável no mercado, comparativamente aos trabalhadores sem experiência sulista. Esses dados não apontam apenas para a formação de um mercado de trabalho regional para esses operários, mas também para uma dimensão nacional, ou, enfim, a “nacionalização” dos mercados de trabalho.

Acompanhemos as trajetórias de alguns entrevistados. Édson, contramestre, começou a trabalhar em uma serraria de membros da família, no interior do Rio Grande

do Norte, com 15 anos: Migrou para o Rio de Janeiro, onde trabalhou durante cinco anos na fábrica De Millus, do ramo de confecções. Começou como auxiliar de produção, passando a operador de máquinas e depois contramestre. Retornando a Natal, se empregou na Fiação Borborema. Despedido, conseguiu, com a ajuda de parentes, trabalhar como fiscal de salão em um supermercado; pouco depois, se reintegrou no setor, na Fiação Sperb; novamente despedido, dirigiu-se para Fortaleza. Entrou para a Têxtil União Franco-Brasileira, onde permaneceu durante quatro anos; ainda em Fortaleza, trabalhou em um restaurante. Voltou para Natal e se incorporou como mecânico em uma empreiteira da Petrobrás, durante quatro meses; depois, encontrou emprego na Texita, retornando ao setor têxtil.

Antônio, contramestre paraibano, com nove irmãos - todos operários - começou aos 14 anos na Mandacaru, em João Pessoa, onde permaneceu durante quatro anos. Em seguida, foi para a Tibiry, em Santa Rita, na Paraíba, por três anos; depois para Recife, onde trabalhou na Othon Bezerra de Melo, durante doze anos, e na Cia. Paulista, por alguns meses. Desempregado durante oito meses, voltou para a Paraíba e se empregou na Icosibra (fábrica têxtil de sisal) em Bayeux (Grande João Pessoa), por um ano, e na Tecnorte, em João Pessoa, por sete meses, até a fábrica fechar; retornou para a Mandacaru, em João Pessoa, por mais sete meses. Ficou desempregado durante onze meses, trabalhando na construção civil; migrou para Natal e foi trabalhar na Texita onde ficou nove anos e meio, até a aposentadoria.

Entre as operárias, chama atenção a interferência dos imperativos familiares na definição de suas trajetórias profissionais. Núbia, norte-riograndense, aposentada, começou a trabalhar aos 16 anos como atendente de enfermagem em sua cidade de origem. Logo depois migrou para Natal, passando a morar em casa de uma tia e a trabalhar como atendente em um consultório médico. Por indicação de um dos médicos, conseguiu emprego na Indústria de Confecções Guararapes, onde permaneceu por quatro anos. Migrou para o Rio de Janeiro e se empregou em uma pequena fábrica de confecções, por um ano e meio; saiu, para outra de maior porte, onde ficou dois anos e meio. Permaneceu durante mais dez anos no Rio de Janeiro, trabalhando em casa, no sistema de facção.(5) Retornando a Natal, mudou do ramo de confecções para o têxtil, empregando-se na Texita através do médico da empresa.

Bernadete nasceu em Rio Tinto, na Paraíba, e é operária têxtil há 25 anos. Seu primeiro emprego foi na Companhia de Tecidos de Rio Tinto, onde ficou catorze anos. Migrou para Natal e se empregou na Teka do Nordeste, fábrica de toalhas, durante dois anos. Saiu por problemas de doença com o filho, depois ficou algum tempo na Fitex, uma fábrica de etiquetas. Entrou para a Texita, onde está há nove anos, pretendendo ficar mais dois anos.

As trajetórias descritas mostram alguns aspectos comuns à maioria dos entrevistados: a rotatividade no trabalho, a inserção no mercado regional e nacional, e a saída do setor durante os intervalos de desemprego. O fato de serem trabalhadores com uma profissão adquirida no cotidiano da fábrica e formalizada na carteira profissional atua como fator de permanência no setor. São trabalhadores diferenciados por um conhecimento específico, com o qual disputam um lugar no mercado.

As duas operárias, apesar da experiência adquirida em anos de trabalho em fábricas, nunca exerceram cargo de chefia. Além da procura do emprego, as trajetórias

femininas trazem sempre imbricações familiares: são interferências de gravidez, doença de filho, separação do marido, peças que movimentam as engrenagens de suas existências. Enquanto geralmente os homens só se referem aos filhos quando são perguntados, para as mulheres os membros da família – principalmente os filhos – fazem parte de seus argumentos para justificar as decisões tomadas de migrar ou retornar, sair ou ficar na fábrica.

Com exceção dos trabalhadores originários de outros estados, a maioria dos potiguares começou a trabalhar em outras atividades, sem ser as fábricas. O ingresso em idade precoce no mercado de trabalho não difere dos outros operários entrevistados. A escolaridade é mais alta, em comparação com os outros, podendo indicar maiores restrições no mercado de trabalho. Também se distinguem pela menor permanência. Os dados indicam uma rotatividade maior desses operários, que ultrapassa o fechamento de fábricas, devendo estar vinculada a diferenças nas relações de trabalho.

Emprego e redes sociais

No que se refere às relações de trabalho, se verifica a convivência e a inter-relação de novos e velhos padrões. A emergência de novas indústrias e a regulação do mercado de trabalho não implicaram a eliminação de relações não-formalizadas, que ultrapassam as fronteiras das determinações institucionais do emprego. Referimo-nos aqui às redes sociais que operam com formas de comunicação personalizadas, de recomendação e de favor (Lautier & Marques-Pereira, 1993), que circulam entre os operários e em certa medida restringem o acesso às fábricas apenas aos participantes dessas redes. Para trabalhadores de diferentes graus de qualificação e em indústrias de diferentes graus de modernização tecnológica e de gestão, o recrutamento de trabalhadores ocorre por meio de indicações de outros operários, de parentes e amigos, ou colegas. O emprego por indicação não é uma característica apenas da indústria e muito menos pode ser explicado pelo recurso a possíveis especificidades regionais.

Certamente esse processo acompanha e reflete as oscilações que ocorrem no setor. Em períodos favoráveis, há um volume maior de incorporação e a própria empresa toma a iniciativa de procurar operários, enquanto em momentos de estabilidade os operários procuram intermediar a contratação de seus amigos e parentes. O mais curioso é que esta não parece ser apenas uma estratégia resultante da superioridade da oferta de mão-de-obra em relação à capacidade de absorção do setor: mesmo na situação em que a empresa toma a iniciativa de ampliar o contingente, ela se utiliza das redes de sociabilidade do quadro de funcionários.

Vários setores formais e informais utilizam essa estratégia, dada sua funcionalidade na seleção de pessoal, pela oferta de trabalhadores com determinado perfil, experiência e disciplina em potencial.(6) Mesmo empresas com alto grau de burocratização terminam por mesclar a procura de empregados no mercado de trabalho formalizada por anúncios em porta de fábrica, jornais e agências de emprego com o recurso às indicações pessoais.

Durante a implantação das novas fábricas, as redes informais foram ativadas, recorrendo-se também ao mercado formal através de anúncios na imprensa e em portas de fábricas, além da importação, já referida, de operários qualificados.

Em Pernambuco, entre os entrevistados, a maioria teve o emprego arrumado pelo pai ou familiares já empregados na fábrica, por conhecidos e mesmo pelo padre a cidade (Lima, 1992).

Há muito tempo essas redes sociais informais abasteciam (e continuam abastecendo) a mão-de-obra requerida pelas fábricas. Indicações de amigos e parentes de operários mantinham um mercado cativo para as fábricas e garantiam, em certa medida, maior disciplina no trabalho. Nas antigas fábricas com vila operária, quase toda a família era contratada. A conduta de um era vigia da por todos e as práticas de resistência podiam ser potencialmente prejudiciais o grupo como um todo, principalmente se fosse vinculada a atividades relacionadas com a organização sindical. Demissões significavam, em muitos casos, perda da moradia para todo o grupo familiar (Leite Lopes, 1988).

Na Paraíba, os operários foram recrutados através de anúncios em porta de fábrica, nas escolas técnicas na rede informal dos trabalhadores. Receberam treinamento intensivo no período de implantação, com técnicos vindos de fora, ou, ainda, foram enviados para treinamento em Recife e mesmo em São Paulo. Em seguida, os operários treinados passaram a comandar equipes de operários menos qualificados.

No período de instalação, os operários vindos de antigas indústrias foram incorporados às novas unidades através de recrutamento em porta de fábrica, seguido pela indicação de operários da fábrica. O “grosso” desses trabalhadores, os operadores de máquinas,(7) foi recrutado também entre os operários de antigas fábricas têxteis. Normalmente eram admitidos em funções distintas, dada a experiência anterior com maquinaria tecnologicamente obsoleta. As fábricas alegavam que os equipamentos modernos exigiam novo adestramento e que necessitavam extirpar vícios de empregos anteriores, provendo a adequação a modernos métodos de gestão da fora de trabalho e às normas da empresa.

Após a instalação se formou um mercado de trabalho específico, levando uma parcela da força de trabalho a permanecer no setor. Algumas fábricas têm como política, inclusive, a recontração de operários demitidos durante as periódicas reestruturações vinculadas a necessidades de mercado, crises econômicas etc.

Para as funções qualificadas, como já dissemos, foram recrutados trabalhadores oriundos das escolas técnicas, ou de oficinas artesanais, no caso de mecânicos, por exemplo. Formado o mercado de trabalho, a indicação passou a ser critério de seleção.

As redes sociais entre os operários têxteis extrapolam os limites estaduais, sendo fator significativo na mobilidade espacial desses trabalhadores.

(...) Eu trabalhei três meses nessa fábrica em Recife e saí porque encontrei no Carnaval um colega que trabalhou comigo na Seridó [em Natal] e me chamou para trabalhar na Borborema (Maurício, RN).

(...) Foi na fábrica Othon Bezerra de Melo [Recife]. Fiquei lá durante dezessete anos, depois fui demitido [83] e passei quatro meses desempregado. Então surgiu uma vaga na fábrica Iolanda [Recife] e eu fiquei lá um ano e quatro meses. Depois surgiu uma vaga aqui em

Natal na Giorgi, eu tinha um amigo que trabalhava aqui e ele me convidou pra trabalhar. Eu estou aqui desde 85 (Mário, RN).

Por prismas diversos, uns e outros encontram na informalidade razões que a racionalidade desconhece. Do ponto de vista dos operários, essa forma de recrutamento parece funcionar como um sinal de importância, de deferência. Um aposentado, ao final dos comentários sobre a dificuldade em conseguir uma vaga, evoca “(...) antigamente a gente era procurado (...)”(Antônio , RN). Também evita o constrangimento da exposição na porta da fábrica, vista como humilhante “(...) nunca precisei sair me oferecendo (...)” (Bernadete, RN).

As relações inerentes a um mercado de trabalho formal, espaço no qual se dá o contrato livre entre as partes, aparecem assim despojadas de seu conteúdo-limite: compra e venda de força de trabalho como mercadoria. Ao subjetivar esse momento, os trabalhadores estão expressando a representação do assalariamento como algo humilhante, pelo caráter de sujeição. Tais processos subjetivos revelam que “(...) do mundo externo os homens recebem dores e feridas, mas cada um tenta remediar isto segundo uma via que lhe é própria” (Bertrand, 1989).

Esse ponto em que convergem trabalhadores e empresários apresenta, portanto, prismas distintos. Através desses métodos informais, os patrões pretendem formar um contingente mais homogêneo, soldado por relações de amizade ou sangue, de modo a obter um certo consentimento e uma certa harmonia no interior do espaço fabril.

Nos intervalos entre um e outro emprego, as redes de sociabilidade gestadas no espaço fabril passam a operar de duas maneiras: por um lado, intensificando os contatos nas empresas, com vistas em um novo posto de trabalho para o colega parado; por outro, auxiliando o colega na montagem de estratégias de sobrevivência imediata. As opções variam entre homens e mulheres, nem sempre em função da qualificação. Os operários procuram realizar pequenos serviços, o chamado biscate – na construção civil, no serviço de vigilância, ou montam um pequeno bar em casa. As mulheres procuram os supermercados, ou a revenda de produtos de porta em porta.

Sindicato, movimento operário e política

A experiência associativa dos trabalhadores pernambucanos remonta ao final do século passado e se expressou na organização de numerosas entidades de representação de base e na presença de entidades de coordenação, aglutinando varias associações, na organização que viria a ser chamada de intersindical. As primeiras greves ocorreram ainda nesse período, se sobressaindo na utilização dessa forma de luta as categorias vinculadas ao porto, espaço vital em uma economia que tinha na exportação do açúcar sua face mais dinâmica.

Os trabalhadores pernambucanos se diferenciam dos paraibanos e norte-riograndenses pela anterioridade de sua vivência fabril, a partir da qual constituem elementos de uma cultura operária, expressa em uma rede de sociabilidade gestada no espaço da fábrica, em uma identidade social delineada, e na organização de entidades de representação de seus interesses.

Durante toda a primeira metade deste século, os têxteis estiveram presentes com suas lutas no cenário político da cidade. Organizado por fábrica, por setor de produção, ou com base nos velhos ofícios, o setor têxtil, tomado em seu conjunto, é uma presença vigorosa na cena pública, reclamando o cumprimento dos direitos sociais e da legislação sindical, aumentos salariais, melhores condições de trabalho. Não raro, extrapola seu campo específico de atuação para fazer reivindicações em relação a questões mais gerais, como as condições de moradia e a oferta de ensino básico e serviços de saúde, em nome das quais chegou a organizar muitas greves, algumas de grande impacto e com desdobramentos – como a deflagrada pelos operários da Fábrica de Tecidos Paulista, pelo cumprimento da jornada de oito horas (Leite Lopes, 1988; Ferreira, 1992).

O período que se estende até os anos 60 pode ser demarcado como aquele no qual os trabalhadores puderam exercer suas práticas associativas a partir de suas entidades, não chegando a sofrer grandes modificações com o atrelagem sindical. Ao contrário, passaram a utilizar a própria legislação sindical e social como arma para enfrentar a atitude recalcitrante do empresariado diante de disposições legais, como lei de férias, jornada de trabalho e, especialmente, o direito de sindicalização.

O golpe militar de 64 marcaria outros tempos para os trabalhadores pernambucanos. Tempos de perseguição, de fechamento e intervenção nos sindicatos, de prisões. A repressão intensa golpeou com força a tradição associativa; os sindicatos desarticulados se encolheram, recuando para demandas isoladas de caráter estritamente trabalhista. Foram tempos também de redirecionamento das políticas de desenvolvimento regional, voltadas agora para a integração ao mercado nacional.(8)

O movimento operário e sindical viria a se reorganizar a partir do final da década de 70, embalado pelos ecos das grandes greves que sacudiam o ABC paulista, desafiando o governo autoritário, em uma conjuntura marcada pelo final do período de crescimento conhecido como Milagre Brasileiro (68/73) e pelo início do processo de liberalização do regime militar.

A retomada organizativa se dá sob o influxo de dois fatores: a Igreja e o chamado Novo Sindicalismo. Os trabalhadores contam com a expressiva ajuda da Igreja Católica que, no período ditatorial, foi uma instituição de defesa dos trabalhadores e dos militantes políticos. Ao abrigo das Pastorais Operárias se formaram grupos de discussão sobre questões relativas ao trabalho e à vida cotidiana. De outro lado, o sindicalismo que explode no ABC nasce com uma proposta concreta de independência do Estado, rompendo a tradição de atrelagem e burocratização iniciada nos anos 30.

A reativação das lutas dos operários têxteis se deu em um contexto de crise econômica, processo inflacionário, fechamento de fábricas e desemprego. Mesmo sob condições desfavoráveis, o cotidiano operário voltou a ser pontilhado por greves e lutas reivindicativas. Manteve-se a característica, decorrente da própria dimensão do parque industrial, das greves por fábrica e, eventualmente, de movimentos de categorias como um todo.

Em comentários sobre as dificuldades de organização e mobilização dos trabalhadores no Nordeste, os operários chamam a atenção para as condições econômicas desfavoráveis na região, que atuavam como responsáveis pela situação:

(...) O operário nordestino em geral não pode passar uma semana sem trabalhar. Ele tem medo, porque ele trabalha todo dia e vive na miséria. O avanço tecnológico vai muito bem. Mas o ,avanço sobre a vida do operário? O operário é sempre sacrificado, né? O avanço é sempre para a empresa. O operário é um trabalhador. É um vendedor do dia. Ele vende o dia dele por X e vive daquele X (...) Qual o futuro do operário? (Roberto, PE)

A militância sindical, que já se iniciara nos anos 50 para alguns e, para outros, no contexto dos anos 70, tem em comum, nessa nova fase, a presença da Igreja (como agente, por intermédio das já citadas Pastorais Operárias), com intervenção direta na revitalização dos antigos sindicatos ou fundação de novas entidades. Em decorrência se formam novos quadros de liderança – geralmente jovens operários com um certo nível de politização e um discurso afinado com o processo de transição política –, que gradativamente vão deslocando os antigos dirigentes e ascendendo às direções sindicais.

Parte dos trabalhadores que optaram pela militância atraídos pela possibilidade de uma atuação sindical mais efetiva, naquela conjuntura de ascensão do movimento, fez carreira sindical e isso implicou para alguns uma certa mobilidade social. Com a profissionalização da militância e conseqüente saída da fábrica, parte de sua trajetória profissional se desenvolveu no aparelho sindical. Contudo, se verifica que essa trajetória nem sempre é voluntária. Muitas vezes, a atuação no nível de direção é um caminho sem volta, pela própria impossibilidade do retorno, e pelo desemprego, que funciona como conseqüência quase natural da opção pela ação organizativa. Alguns depoimentos ressaltam que, uma vez chegando às instâncias de direção, há uma tendência de permanência; a carreira sindical possibilita oportunidades em uma progressão ascendente, que passa das entidades primárias, os sindicatos, para as entidades de grau superior, as Federações, e, no interior destas, o percurso que vai de delegado até presidente.

Na Paraíba, a organização sindical dos operários têxteis se iniciou no final da década de 70. Inicialmente, as práticas sindicais contaram com o apoio de algumas fábricas, talvez devido à inexistência da tradição de conflitos e enfrentamentos que havia em Pernambuco. Tanto assim que, na medida em que foram assumindo uma postura combativa e se destacando nas lutas dos trabalhadores do estado, tal apoio foi sendo progressivamente retirado. Contudo, a atuação da categoria é limitada pela própria exigüidade do mercado. A categoria agrupava aproximadamente 2 mil operários; 2/3 deles eram empregados das três principais fábricas e os demais trabalhavam em pequenas unidades fabris. Praticamente não existia atividade sindical urbana antes do final dos 70, apenas no pré-64, e, em geral, nas categorias ligadas ao setor terciário.

A atividade do sindicato têxtil tem sido pontual (delimitada, localizada?), com lutas localizadas por unidades, raramente congregando a categoria. Para isso contribuem fatores como a manutenção dos salários acima do mercado local, além do risco de desemprego e da dificuldade de alternativas de realocação, dada a dimensão do setor.

Um operário e sindicalista paraibano relata sua situação e sua motivação. Operário com baixa qualificação, desempregado, arrumou emprego visando dar continuidade à atuação sindical. Ao se empregar em uma fábrica caracterizada pela alta rotatividade dos funcionários, a condição de dirigente garante a manutenção do

emprego. Em contexto adverso, o recurso ao sindicato acaba por funcionar como um contraponto à ameaça de desemprego, levando os trabalhadores a se perpetuarem na direção, no máximo, se alternando nos cargos assistidos pela legislação.

Tal como a Paraíba, o Rio Grande do Norte não tem uma tradição relevante de associação e de sindicalismo urbano. De início, pela ausência de um contingente operário expressivo, dadas as características de descontinuidade e lentidão no processo de industrialização.

Embora a indústria têxtil não tenha se iniciado no período pós-Sudene, e as unidades produtivas tenham chegado a concentrar um contingente relativamente numeroso em determinados momentos, os sindicatos representativos do setor funcionavam como repartições burocráticas, domesticados pela relação de atrelagem ao Ministério do Trabalho e ao patronato.

A crise da Fiação e Tecelagem Seridó, em 84, constituiria um marco fundamental para o sindicalismo urbano no estado, em função da dispensa de todos os empregados, com meses de salários atrasados e perspectivas remotas de retorno. Mil e oitocentos operários sem salário, sem emprego, sem patrão e sem interlocutores. Após meses de negociações, além de numerosas manifestações (como acampamento por 45 dias em frente à fábrica), da participação da população em solidariedade aos trabalhadores e do acampamento em praça central da cidade, o caso Seridó teve seu desfecho com a transferência da empresa para o grupo mineiro Coteminas, passando a se denominar Cotene.

Solucionada a questão no plano da empresa, começaria uma nova batalha, desta feita diretamente relacionada aos trabalhadores. Uma das cláusulas do contrato firmado previa a readmissão de todo o grupo. Contudo, foram absorvidos apenas 30 por cento dos 1.800 operários. A primeira condição imposta para a readmissão foi a desistência da ação impetrada com vistas no recebimento dos salários atrasados e das demais obrigações sociais. Além disso, entre os critérios para voltar à fábrica, constavam exigências como: não ter faltas e não ter familiares na empresa; no caso das mulheres, não ser casada ou mãe solteira. Além disso, independentemente do tempo de trabalho de cada um, os operários deveriam passar pelo período de experiência de três meses, percebendo o salário mínimo; exigia-se, ainda, que a pessoa não tivesse trabalhado antes.

Os que tomaram parte ativa no movimento foram recusados pela Coteminas e ficaram na “lista negra” das outras empresas locais, indo para o Sul em busca de trabalho. Parte do contingente que deixou de ser absorvido entrou em fábricas locais; outros foram tentar o chamado “trabalho por conta própria”, voltando para o mercado informal com barraquinhas de cachorro-quente etc.

O movimento da Seridó se transformou em um ponto de inflexão para o sindicalismo local. Findo o mandato sindical, um grupo de jovens operários que vinha participando de reuniões da Pastoral Operária montou uma chapa e ganhou as eleições. Iniciou-se um processo de transformação no perfil associativo da própria categoria, mediante campanhas de filiação, afluência ao sindicato, cursos de formação, palestras e debates. É interessante ressaltar que parte das pessoas que hoje são lideranças do

movimento nem era sequer filiada ao sindicato. A quase totalidade da diretoria se filiara em função das eleições.

Se o sindicato se fortaleceu com novas filiações, diretorias combativas e articulação com outras entidades, o que aconteceu com as empresas? Uma primeira observação dá conta da mudança na relação com o sindicato. A intensificação da sindicalização e da militância sindical; a utilização da imprensa para denunciar a inobservância da legislação e os abusos cometidos no interior da fábrica; a conduta nas negociações; a eclosão de movimentos grevistas; e a própria visibilidade social que os trabalhadores têxteis conquistaram e que, em conseqüência, atingiu também o patronato, são fatores que, somados, demarcam diferenças nas práticas sindicais do setor e rebatem no patronato com todo o conteúdo de violência subjetiva que acompanha a constatação do fim de um período idílico.

A reação do empresariado aparece, de modo geral, nas tentativas de cooptação e obstaculização da prática sindical e na modificação das estratégias de negociação, como forma de enfraquecer a representação do sindicato para o conjunto da categoria. Os métodos de cooptação podem variar, conforme as circunstâncias e o perfil do destinatário, de alterações salariais ou promoções e, de modo inverso, pela ameaça de impedir acesso a cursos ou a progressos na profissão. Em muitos casos encontram eco na possibilidade de alteração das precárias condições de vida resultantes dos baixos salários. A participação em chapas de direção pode deflagrar promoções, possibilidades de melhor qualificação técnica etc.

Em todas as entrevistas há depoimentos que ressaltam a intolerância de seus dirigentes e os métodos utilizados para impedir o associacionismo dos operários. Para dificultar o funcionamento do sindicato, as empresas atrasam a remessa da contribuição sindical, descontada diretamente no contracheque, ou se negam a enviar a listagem dos que descontam para que os sócios não sejam identificados pelo sindicato.

A repressão á atividade sindical difere em intensidade nos três estados estudados. Em Pernambuco, existe uma tradição de luta e um sindicalismo consolidado. Na Paraíba, a situação difere por fábrica e por setor produtivo. No caso dos têxteis, as diferenças na gestão da força de trabalho entre as três maiores empresas dificultam a ação sindical, fazendo com que seja localizada e em grande parte negociável. Em um caso extremo, os têxteis do Rio Grande do Norte sofrem repressão cerrada nas fábricas, com recusa ao desconto em folha, demissão de associados etc. Passados mais de sessenta anos de sua legalização, o direito de sindicalização e o exercício sindical ainda constituem um desafio à intolerância e ao arbítrio do patronato. Mais do que nos casos anteriores, o retorno à fábrica é visto como uma impossibilidade, e a carreira no aparelho sindical passa a ser a única alternativa possível ao militante.

A militância sindical, especialmente na diretoria da entidade, é considerada como fonte de desgaste pela maioria dos entrevistados. A alternância dos turnos dificulta a comunicação, tornando necessárias idas freqüentes à mesma fábrica. As assembleias ou outras programações realizadas nos finais de semana, quando há disponibilidade por parte dos que estão na ativa, exigem uma dedicação quase exclusiva, o que entra em choque com as solicitações da vida doméstica.

O sindicato ainda permanece como espaço de atuação marcadamente masculino. As mulheres têm maior dificuldade para conciliar a atuação nas esferas pública e privada. Mesmo em setores como a indústria de confecções, composto majoritariamente de mulheres, a participação nas atividades sindicais não reflete a magnitude de sua presença no trabalho. Essa desproporção se torna mais aguda ao analisarmos sua presença nas diretorias dos sindicatos. As poucas mulheres que integram as instâncias de direção geralmente são solteiras, o que leva a supor uma restrição por parte da família, principalmente do marido, no caso das casadas. No interior de uma cultura em que cabe à mãe a total responsabilidade pela criação dos filhos, a disponibilidade para a atividade sindical é afetada diretamente.

Da parte dos homens, mesmo desobrigados da gestão dos filhos, a constante ausência de casa, o retorno tardio à noite e os compromissos nos fins de semana, são fonte inesgotável de conflitos domésticos. A inserção em partidos de esquerda, com sua dinâmica de reuniões e demais atividades, potencializa os desentendimentos, provocando cobrança dos filhos e da mulher e, em não poucos casos, resultando em separação. Essa é uma área pouco explorada nos estudos sobre cultura e modo de vida dos trabalhadores, embora referências à questão sejam uma constante nos depoimentos dos militantes. Uma investigação mais detida revelaria o desgaste causado pela atividade de militância no interior do grupo familiar.

Assim, na maioria dos casos, a militância sindical se traduz ora por uma forma de mobilidade social, com a saída da fábrica e a profissionalização da militância, ora pela ameaça constante de estagnação da vida profissional e pela frustração de sonhos e desejos pessoais. Por fim, se deve destacar que a retomada das lutas sindicais no Brasil e no Nordeste no período pós-77 defronta com a tendência mundial de reestruturação produtiva e mesmo da crise do sindicalismo. Esses fatores se somam a questões locais, como a história social anterior e a dimensão do contingente operário, elementos explicativos do grau organizativo e de mobilização das diversas categorias de trabalhadores, assim como da possibilidade de construção de uma identidade social fundada no trabalho.

Industrialização e experiência operária

O projeto industrializante trouxe para o Nordeste novas unidades fabris e operou no sentido da criação de um mercado de trabalho, em escala limitada, para uma mão-de-obra qualificada e, em larga escala, para trabalhadores sem qualificação profissional. O fluxo interno do próprio setor e, em menor proporção, a importação de mão-de-obra qualificada de outras regiões do país, além da sensibilidade demonstrada pelo setor diante das oscilações econômicas, são elementos importantes para entender a conformação de um mercado de trabalho de amplitude nacional.

Do ponto de vista organizativo, esse contingente vivencia experiências diversas no contexto do projeto industrializante. De modo geral, porque o contingente operário que se forma entre as décadas de 70 e 80 encontra uma conjuntura política particular. Nesse período o movimento sindical começa a reagir ao processo de repressão imposto pelo golpe de 64 e a retomar o processo organizativo, por meio de incorporação de novos, contingentes aos sindicatos, substituição dos interventores, formação de oposições sindicais e discussão de um novo perfil e de novas práticas para o movimento operário e sindical. Tempo em que tem início uma intervenção mais incisiva dos

trabalhadores diante das questões da tecnologia e do processo organizacional. Tempo em que as necessidades de competitividade internacional exigem um novo padrão nas relações industriais e os novos trabalhadores (colocados na cena pública como sindicalistas) têm de assumir o desafio de gestar novas práticas, capazes de fornecer respostas para o reordenamento econômico e político que está posto em marcha.

Esses novos contingentes, formados fora do contexto da hegemonia comunista, em termos ideológicos e, em termos políticos, alheios à política de alianças que caracterizara o período populista, vão dar ênfase às questões relativas ao espaço da fábrica, politizando o cotidiano do mundo do trabalho. Essas condições gerais seriam favoráveis à priorização de demandas salariais, notadamente devido aos baixos salários praticados no setor.

Se em Pernambuco a categoria prossegue uma trajetória coletiva anterior, assentada em tradição de luta e participação sindical e em um movimento operário expressivo, nos demais estados a conformação recente do setor, ou mesmo a permanência de traços organizativos pouco contundentes, vai gerar duas experiências diversas. Na Paraíba, os trabalhadores conseguem alguma atuação sindical, limitada pela própria estrutura industrial, fazendo com que essa atuação se mostre fluida. No Rio Grande do Norte, o movimento operário desborda do movimento sindical, alavancado pela crise da Seridó. A experiência do acampamento viria a ser um marco divisor, um ponto de inflexão em uma categoria até então sem visibilidade social.

Do ponto de vista da realização empresarial do projeto industrializante, faltou ao Nordeste uma política industrial que, além dos incentivos fiscais, aliasse outros elementos necessários à sua execução. O projeto também foi vítima da descontinuidade comum ao planejamento estatal brasileiro, no qual as iniciativas são definidas e os recursos alocados, mas pouco depois são relegados ao esquecimento (ver nota 8).

A adesão ao trabalho fabril, ou, em termos gerais, ao mercado formal no Brasil, parece particularmente interessante por funcionar como porta de entrada para o que poderíamos chamar de processo de construção da cidadania nacional: a vigência de direitos já assegurados é demandada com maior vigor no contexto do trabalho urbano do que no contexto do setor informal, ou das heterogêneas relações predominantes no meio rural entre proprietários e trabalhadores.

Historicamente, se pode constatar que a conquista da cidadania pelos contingentes assalariáveis aparece, no Brasil, intimamente articulada à questão do trabalho. Com efeito, o desafio que desde sempre se colocou para esses contingentes foi a formação de uma identidade enquanto trabalhadores, quando o elemento definidor dessa identidade, o trabalho, carregava consigo uma carga negativa muito forte. Em decorrência, a tentativa histórica de criação, pelos trabalhadores, de uma “auto-imagem centrada no valor positivo do ato de trabalhar com as próprias mãos, de onde decorre a dignidade da figura do trabalhador e o seu papel central no mundo econômico e social” (Gomes, 1988, p. 71). Impedida de se realizar no plano mais geral da sociedade, essa identidade será buscada no interior do movimento associativo; as entidades delineiam,, para si e diante dos outros, os contornos de sua própria existência social. Assim, seus organismos associativos e seus partidos viriam cumprir o papel de fóruns coletivos, capazes de proporcionar o auto-reconhecimento entre eles e o conhecimento, por oposição, em relação ao seu outro.

Mas é perceptível como a valorização positiva do trabalho reclamada pela necessidade do mercado se choca com os preconceitos e as prevenções que compõem a imagem do trabalhador para as classes proprietárias. Em um Nordeste historicamente caracterizado pela consolidação do latifúndio, envolvendo grande concentração fundiária e econômica, as distâncias sociais teriam que ser demarcadas com tintas muito fortes.

O encontro tardio e descontínuo dos trabalhadores com a fábrica, quando o avanço da tecnologia produz máquinas e processos de trabalho que liberam mais e mais a necessidade de mão-de-obra, não poderia deixar de imprimir uma marca própria a esses contingentes. Assim, a recusa à condição operária dispensa maiores especulações na perspectiva de estratégias de resistência e pode ser vista simplesmente como um estranhamento de uma condição de trabalho que já não congrega um número de integrantes suficiente para lhe atribuir contornos de normalidade. Nesse contexto, o trabalho fabril aparece até como sobrevivência de um passado que, pelo menos no Nordeste, não aconteceu.

NOTAS

*Este texto é uma versão condensada do Relatório de Pesquisa apresentado ao DCS-UFPb e DCS-UFRN. A pesquisa contou com financiamento parcial do CNPq, através de Auxílio Integrado (UFPb) e do programa Pibic-UFRN. Foi apresentado no 18º Encontro Anual da ANPOCS, em Caxambu, em 1994, no GT Trabalhadores, Sindicalismo e Política, com o título: “Tradição e modernidade: trabalhadores urbanos no Nordeste”.

1. Sudene, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, órgão criado em 59, no contexto de- uma política do governo federal direcionada para o desenvolvimento da região.
2. Operários com mais de dez anos de casa, que tinham direito a estabilidade no emprego. Sua demissão implicava pesada indenização. A lei da estabilidade foi substituída, no regime militar, pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
3. Sobre o processo de organização sindical dos trabalhadores no Rio Grande do Norte ver Ferreira, 1988.
4. Era o caso da Fábrica de Tecidos Paulista. Ver Leite Lopes, 1988.
5. Trabalho de costureira a domicílio na indústria de confecção.
6. Sobre as redes sociais no mercado “informal”, ver Lautier & Marques-Pereira (1993); sobre redes sociais em indústrias estatais ver Ramalho (1989); em indústrias nordestinas, ver Leite Lopes (1988); e Lima (1992).
7. Segundo Cabanes (1986, pp. 63 e 64), os operários de máquinas seriam operários generalistas, operando as mais diversas máquinas. Contudo, em determinados ramos industriais a operação de máquinas pode significar uma qualificação. Isto é particularmente verdadeiro no caso dos têxteis, que ora se identificam como operadores de máquinas, ora como tecelões, fiandeiros, operadores de conicaleira, de maçoqueira etc.
8. Até 64, a proposta da Sudene para o desenvolvimento regional pressupunha uma industrialização vinculada às potencialidades da região, dentro da via de desenvolvimento capitalista nacional (Furtado, 1989). Os insucessos desse programa se inserem no contexto da expansão capitalista nacional do período e na tentativa de reproduzir regionalmente o processo de substituição de importações, em um momento de transformações aceleradas do capitalismo mundial.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS CARVALHO, Edgard. (1982), "Reflexões sobre identidade étnico-cultural", *Veredas* 101:3-18.
- BERTRAND, Michele. (1989), "O homem clivado - a crença e o imaginário", in P Silveira & B. Doray, (org). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo, Vértice.
- BOURDIEU, Pierre. (1980), *Le sens pratique*. Paris, Minuit.
- _____. (1987), "Condição de classe e posição de classe", in *A economia das trocas simbólicas*. S. Paulo, Perspectiva.
- CABANES, Robert. (1986), "Mercados de trabalho, trajetórias profissionais de segmentos da classe operária", in L. Bruno & C. Saccardo (org), *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo, Atlas.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento. (1986), *O maquinista do algodão*. Natal, Universitária.
- FERREIRA, Brasília Carlos (1988), *O sindicato do garrancho*. Mossoró, Fundação Guimarães Duque.
- _____. (1992), *Trabalhadores no Nordeste: práticas consentidas? 1930-1935*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP
- FURTADO, Celso. (1989), *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GOMES, Angela Castro. (1988), *A invenção do trabalhismo*. S. Paulo, Vértice.
- HARVEY, David. (1992), *A condição pós-moderna*. S. Paulo, Loyola.
- HOBBSAWN, Eric. (1987), *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LASVLO, István. (1986), *Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte*. Natal, UFRN.
- LAUTIER, Bruno & MARQUES-PEREIRA, Jaime. (1993), *Représentations sociales et constitution du marché du travail. Employées domestiques et ouvriers de la construction en Amérique Latine*. Paris, mimeo.
- LEITE LOPES, José Sérgio. (1988), *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. S. Paulo, Marco Zero.
- LIMA, Jacob Carlos. (1992), *A formação do operariado fabril no desenvolvimento industrial de Pernambuco*. Tese de doutorado. S. Paulo, FFLCH-USP
- _____. (1994), "Industrialização restrita e condição operária: os têxteis na Paraíba". *Política e Trabalho*, 8/10. João Pessoa, MCSUFPB.
- MOURA, Maria Conceição. (1993), *Identidades/desidentidades: um diálogo civilizado com a louca da casa*. Natal, mimeo.
- RAMALHO, José Ricardo. (1989), *Estado patrão e luta operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. (1970), *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo, Brasiliense.

SINGER, Paul. (1977), *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo, Nacional.

STEIN, Stanley J. (1979), *Origem e evolução da indústria têxtil no Brasil - 1850-1950*. Rio de Janeiro, Campus.

WEBER, Max. (1974), “Classe, estamento e partido”, in *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar.

WEFFORT, Francisco C. (1987), “A cidadania dos trabalhadores”, in F. Weffort et. al., *Direito, cidadania e participação*. São Paulo, Queros.